



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

502

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 323.482-6**

Agravante: TNL PCS S/A

Agravado: Adilson Martins Ribeiro

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**Ementa:** Processual Civil. Recurso De Agravo. Aplicação do artigo 557 do CPC. Possibilidade. Alegação de vício processual no tocante a publicação da decisão proferida no STJ. Inviabilidade no reconhecimento de nulidade por meio de simples petitório. Certificação de trânsito em julgado lavrada no feito. Impossibilidade de reconhecimento de nulidade sem a demonstração evidente de prejuízo. Agravo a que se nega provimento.

1. A previsão de negar seguimento monocraticamente ao recurso diz respeito a um juízo de valor monocrático do Desembargador. Extrai-se do *caput* do art. 557, do CPC, que o Relator negará seguimento, monocraticamente, dentre outros casos, aos recursos manifestamente improcedentes, exatamente o caso em apreço, tendo inclusive baseado-se em precedentes jurisprudenciais.

2. É inviável a reforma de vício processual na publicação alegadamente ocorrido na instância superior por meio de simples petitório, especialmente considerando a certificação de trânsito em julgado lavrada no feito originário.

3. Impossibilidade de desconsideração da coisa julgada por um alegado vício de publicação do julgamento do Agravo em REsp sem a propositura de ação rescisória para enfrentar a questão.

4. Após o ato em que se alega ocorrida a nulidade não houve qualquer ato jurisdicional relevante, apenas os autos regressaram à instância de origem, oportunidade em que o magistrado de piso determinou a intimação das partes para se manifestarem, tendo o patrono alegador do vício constado da publicação.

5. A única alegação de vício formal do título executivo envolve a referida ausência de intimação da decisão proferida pelo STJ, não apresentando qualquer outra objeção ao título executado, evidenciando, pois, a ausência manifesta de interesse jurídico na formulação da agravante e de prejuízo concreto, ante a possibilidade de apresentação de exceção de pré-executividade a qualquer momento no feito executivo originário, não sendo devido o reconhecimento de nulidade sem a demonstração evidente de prejuízo, conforme consagra o princípio *pás nullité sans grief*.

6. Agravo a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 323.482-6 em que figura

como agravante TNL PCS S/A e como agravado Adilson Martins Ribeiro, por unanimidade, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco em **negar provimento ao agravo**, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 29.12.17

  
**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

5910

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 323.482-6**

Agravante: TNL PCS S/A

Agravado: Adilson Martins Ribeiro

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**RELATÓRIO**

O feito originário trata de ação de rescisão contratual proposta por **Adilson Martins** contra **TNL PCS**, tendo sido proferida decisão terminativa pelo Des. Josué Sena (fls. 432/440), mantendo a sentença condenatória por dano moral em R\$ 10.000,00.

Tal decisão foi objeto de Recurso Especial, julgado pelo STJ pela negativa de seguimento do recurso, **tendo transitado em julgado** em agosto de 2013, conforme atesta a certidão de fl. 557.

Nos autos do feito executivo promovido por **Adilson Martins** para o efetivo cumprimento da sentença, peticionou a **TNL PCS** requerendo a nulidade da decisão proferida pelo STJ, em razão da ausência de publicação do julgamento em nome do patrono indicado da agravante, pretendendo a anulação da certidão de trânsito em julgado.

O juízo *a quo* proferiu decisão **inferindo** o pleito de reconhecimento de nulidade por considerar a impossibilidade de revisão de vício processual ocorrido na instância superior.

**Este juízo proferiu decisão terminativa (fl. 561), objeto do presente recurso de Agravo**, no sentido de negar seguimento ao agravo.

**Contra tal decisão interpõe a TNL PCS o presente recurso de agravo** reproduzindo as alegações constantes do agravo, no tocante a ausência de publicação do julgamento em nome do seu patrono, pretendendo a anulação da certidão de trânsito em julgado, e, conseqüentemente, a reforma da decisão recorrida.

Ao final, requer seja exercido o juízo de retratação, com conseqüente revogação da decisão recorrida; não havendo reconsideração, requer o julgamento Colegiado do presente recurso de agravo, de modo a reformar a decisão terminativa.

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife,

29.12.14

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**

Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 323.482-6**

Agravante: TNL PCS S/A

Agravado: Adilson Martins Ribeiro

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO**

Por não exercer o juízo de retratação, apresento os presentes autos para julgamento.

De início, no tocante à alegação da agravante sustentando a impossibilidade de aplicação do art. 557 ao caso em epígrafe, entendo não haver plausibilidade.

Como é cediço, tal previsão - negar seguimento monocraticamente ao recurso - diz respeito a um juízo de valor monocrático do Desembargador. A própria lei autorizou a possibilidade de apreciação monocrática do relator, para inadmissão dos recursos, considerando a presença de elementos de prova evidenciando a legitimidade do pleito formulado.

Numa leitura mais atenta do *caput* do art. 557, do Código de Processo Civil, extrai-se que o relator negará seguimento, monocraticamente, dentre outros casos, aos recursos manifestamente improcedentes, exatamente o caso em apreço, sem necessidade de fundamentação em súmula ou jurisprudência dominante.

A lei somente impõe deva a decisão monocrática estar fundamentada em jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, nos casos de provimento do recurso, de acordo com o §1º A, do art. 557, do CPC.

Dessa forma, caracteriza-se a manifesta improcedência, quando a questão de direito em exame, ou seja, o mérito recursal, não se vislumbra ser provido. É um juízo de valor do relator. Segundo Araken de Assis *in Manual dos recursos. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2007. p. 274: (...) o primeiro contato do relator com o recurso já revela que o recorrente não tem razão (...)*, ou seja, ao analisar o mérito recursal, o relator não encontra guarida para provê-lo.

No caso em tela, a decisão em comento está baseada em precedentes jurisprudenciais e na análise do acervo documental contido nos autos, restando infundada a insatisfação da **TNL PCS**.

Vislumbro serem as razões do presente recurso semelhantes àquelas lançadas no bojo do recurso de agravo de instrumento. Logo, não merecem prosperar.

Desse modo, a questão foi amplamente explorada na decisão terminativa agravada devendo ser mantida por seus próprios fundamentos, que passo a reiterá-los:

(...) O objeto do presente recurso envolve pleito da agravante, **TNL PCS**, requerendo a nulidade da decisão proferida pelo STJ, em razão da ausência de publicação do julgamento em nome do patrono indicado da agravante, pretendendo a anulação da certidão de trânsito em julgado (fl. 557).

Não há como proceder o pleito da agravante, ante a inviabilidade de reforma de vício processual alegadamente ocorrido na instância superior por meio de simples petição, especialmente considerando a certificação de trânsito em julgado lavrada no feito originário.

Colaciono precedentes abordando a matéria em foco, adotando entendimento semelhante ao deste juízo:

PROCESSO CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO LITERAL À DISPOSIÇÃO DE LEI. ARTIGOS 236, § 1º, E ART. 247, DO CPC. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO REJEITADA. MÉRITO: **NULIDADE DE INTIMAÇÃO. PUBLICAÇÃO NÃO OBSERVOU O NOME DO ADVOGADO DA PARTE AGRAVADA. NULIDADE NO JULGAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO RECONHECIDA. ACÓRDÃO RESCINDIDO.**

**1. Não há como acolher a preliminar de carência do direito de ação, arguida pela ré, uma vez que somente com o ajuizamento da ação rescisória poderá o autor dirimir a questão envolvendo a nulidade apontada nos autos do Agravo de Instrumento.(...)**

(Acórdão n.621479, 20060020023210ARC, TJDF, Relator: NÍDIA CORRÊA LIMA, Revisor: JOÃO EGMONT, 1ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 03/09/2012, Publicado no DJE: 27/09/2012. Pág.: 88. (original sem destaques)

E mais:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. Caso em que a demandada afirma severo prejuízo em razão do extravio da contestação pelo Cartório que ensejou a condenação à revelia. Contudo, **tendo havido o trânsito em julgado da decisão desta Corte em que foi apreciado o mérito da ação indenizatória, não há como ser reconhecida a nulidade suscitada pela demandada através de simples petição.** Cabimento de ação rescisória. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNÂNIME. (Agravo de Instrumento Nº 70047238795,...

(TJ-RS - AI: 70047238795 RS , Relator: Ergio Roque Menine, Data de Julgamento: 13/09/2012, Décima Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 21/09/2012). (original sem destaques)

Assim, considerando a inadequação da via adotada para a correção do vício apontado não há como prover ao presente agravo.

Diante de tais considerações, utilizando a previsão do art. 557, caput do CPC, **nego seguimento** ao presente agravo, por manifesta improcedência, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios termos.

Como se observa, a fundamentação para o não provimento do agravo versa sobre a **impossibilidade de descon sideração da coisa julgada** por um alegado vício de publicação do julgamento do Agravo em REsp **sem a propositura de ação rescisória** para enfrentar a questão.

492

Transcrevo outro aresto expressando o entendimento sobre a necessidade de propositura de ação rescisória para caso similar ao dos autos:

1. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. 2. AÇÃO DE ALVARÁ AUTONOMA. 3. SENTENÇA PROCEDENTE. 4. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA. **AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PAR INTERVIR NO FEITO.** 5. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. 6. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO. **INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.** 7. RECURSO NÃO CONHECIDO. I - A interposição de apelação cível contra sentença já transitada em julgado, torna-se inviável o seu conhecimento, **por não ser a via adequada para a alteração do provimento que, mesmo estando eivado de nulidade diante da ausência de intimação do Ministério Público, está acobertado pelo manto da coisa julgada, só podendo ser alterado por meio de ação rescisória.** II - Neste sentido, ainda que o provimento esteja eivado de nulidade, **só pode ser alterado por meio de ação rescisória, pois já está abrigado sob o manto da coisa julgada.** (...) (TJ-BA - APL: 00013424020118050036 BA 0001342-40.2011.8.05.0036, Relator: Sara Silva de Brito, Data de Julgamento: 16/12/2013, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 09/01/2014). (original sem destaques)

Ademais, apenas a título complementar destaco nas manifestações da **TNL PCS não há alegação de qualquer prejuízo** decorrente do apontado vício de publicação, inviabilizando o reconhecimento de nulidade.

A **TNL PCS** confessa não pretender a reforma da decisão proferida pelo STJ no Agravo em REsp, apenas os atos posteriores.

Ora, posteriormente ao julgamento pelo STJ contra os interesses da recorrente **não houve qualquer ato jurisdicional relevante, apenas os autos regressaram à instância de origem, oportunidade em que o magistrado de piso determinou a intimação das partes para se manifestarem, tendo o patrono alegador do vício constado da publicação (fl. 494).**

Assim, percebe-se a única alegação de vício formal do título executivo envolver a referida ausência de intimação da decisão proferida pelo STJ, não apresentando qualquer outra objeção ao título executado.

É visível, pois, a ausência manifesta de interesse jurídico na formulação da **TNL PCS** e de prejuízo concreto, ante a possibilidade de apresentação de exceção de pré-executividade a qualquer momento no feito executivo originário, não sendo devido o reconhecimento de nulidade sem a demonstração evidente de prejuízo, conforme consagra o princípio *pás nullité sans grief*.

Além do mais, em detida análise dos autos é de se verificar que o patrono intimado no STJ, Dr. Hugo Ulisses Jordão (fl. 537), integra o escritório defensor da **TNL PCS**, tendo constado também da publicação para se manifestar sobre o retorno dos

autos à instância de origem (fl. 494), e, foi quem subscreveu, exclusivamente, a petição formuladora do vício de ausência de publicação.

Evidente, portanto, o pleno acompanhamento da parte sobre o andamento processual, apenas alegando a nulidade em comento como tentativa de prolongar a marcha processual.

Ou seja, resta demonstrado não haver qualquer providência a ser adotada contra o julgamento proferido no Agravo em REsp pelo STJ, aguardando a parte para alegar a existência de vício processual em momento mais conveniente às suas intenções, conduta a ser rechaçada pelo Judiciário.

Dessa forma, não há razão para ser reformada a decisão terminativa recorrida.

Em face do exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente agravo legal, mantendo a decisão terminativa em todos os seus termos.

É o voto.

Recife, 24.04.14

  
**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator